

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.826.901 - MS (2019/0207024-9)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL - AGEPREV**
ADVOGADO : **ISMAEL GONÇALVES CRUZ - MS007609**
RECORRENTE : **ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**
PROCURADORES : **MÁRIO AKATSUKA JUNIOR E OUTRO(S) - MS009779**
: **NORTON RIFFEL CAMATTE E OUTRO(S) - MS007128B**
RECORRIDO : **OS MESMOS**
RECORRIDO : **MAURICIO ATALIBA GARCEZ DA SILVA**
ADVOGADO : **SOLANGE AKEMI YOSHIZAKI SARUWATARI - MS006618**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, assim ementado:

"APELAÇÕES CÍVEIS E REMESSA NECESSÁRIA – AÇÃO DECLARATÓRIA C/C CONDENATÓRIA – PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO ESTADO – AFASTADA – NO MÉRITO – PRORROGAÇÃO DA PENSÃO APÓS OS 18 ANOS DE IDADE – VIOLAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO GARANTIDO CONSTITUCIONALMENTE – DILAÇÃO ATÉ OS 25 ANOS DE IDADE – DESCABIMENTO – EXTENSÃO ATÉ OS 24 ANOS DE IDADE – APLICAÇÃO ANALÓGICA DA LEI FEDERAL N. 9.250/95 – POSSIBILIDADE – JUROS E CORREÇÃO – ADEQUAÇÃO AO RESP N. 1495146/MG – REMESSA NECESSÁRIA, APELO DO AUTOR E DA AUTARQUIA CONHECIDOS E PARCIALMENTE PROVIDOS – RECLAMO DO ESTADO CONHECIDO E DESPROVIDO.

O Estado de Mato Grosso do Sul é detentor de legitimidade passiva para responder à lide que se busca revisão de aposentadoria, cabendo à AGEPREV a administração e gestão dos valores repassados pelo chefe do Poderes Executivo.

Após a Emenda Constitucional n. 20/98, aplicam-se aos magistrados, membros do Ministério Público e os respectivos dependentes as disposições do art. 40, da CF, ou seja, o regime de previdência de qualquer servidor público efetivo.

Estando o autor a cursar nível superior, mostra-se razoável garantir a continuidade do pagamento da pensão por morte, mesmo já tendo

completado 18 anos, uma vez que desta forma estar-se-ia dando cumprimento ao que dispõe os arts. 6º e 205 da CF, e, por analogia, ao disposto no art. 35, § 1º, da Lei 9.250/95, sem que com isso possa se falar em ofensa à Lei Estadual, já que a extensão do benefício deve-se exclusivamente ao fato do requerente estar cursando o ensino superior, o que caracteriza sua dependência econômica.

Nos termos do art. 85, § 4º, II, do CPC, não se tratando de sentença líquida, os honorários de sucumbência devem ser arbitrados após a liquidação do julgado.

Sobre as prestações atrasadas incidem juros moratórios, regidos pelo artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, e correção monetária calculada com base no INPC" (fls. 357/358e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 384/392e), opostos pelo ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA C/C CONDENATÓRIA - ALEGAÇÃO DE OMISSÃO QUANTO À SUPOSTA NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA A RECURSO REPETITIVO - EXISTENTE - EFEITOS INFRINGENTES - INEXISTÊNCIA DE SIMILITUDE ENTRE OS JULGADOS - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Os embargos de declaração devem se ajustar as restritas hipóteses de cabimento, pois são destinados à correção de erro material e à supressão de obscuridade, contradição ou omissão, sendo que somente a última hipótese é que se encontra existente no caso em apreço. Contudo, tal fato não incorre em modificação do julgado.

Tendo em vista que os fundamentos utilizados no acórdão objurgado de aplicação analógica da Lei Federal 9.250/95 e observância aos artigos 6º e 205 da Constituição Federal, não foram objeto de análise no Recurso Especial n. 1.369.832/SP, não há que se falar em aplicação daquele posicionamento firmado em sede de recurso repetitivo" (fls. 404e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, a, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 16, I, e 77, § 2º, II, da Lei 8.213/91, 5º da Lei 9.717/98 e 927, III, do CPC/2015 sustentando o seguinte:

Superior Tribunal de Justiça

"Com efeito, em apertada síntese, o cerne da controvérsia pode assim ser apontado:

- VIOLAÇÃO LITERAL E DIRETA DA LEI 9.717/98 (ART. 5º)
- VIOLAÇÃO LITERAL E DIRETA DA LEI 8.213/91 (ART. 16, I, C.C ART. 77, §2º, II)
- VIOLAÇÃO LITERAL E DIRETA (MÁ APLICAÇÃO) DA LEI 9.250/95
- VIOLAÇÃO LITERAL E DIRETA DO CPC (ART. 927, III)
- VIOLAÇÃO LITERAL E DIRETA DE ENTENDIMENTO DO STJ PACIFICADO EM INCIDENTE DE RECURSOS REPETITIVOS: TEMA 643 (REsp. 136982/SP, transitado em julgado em 16/09/2013)

E tanto por isso o v. acórdão guerreado deve assim ser reformado, senão vejamos pelas seguintes razões:

A uma,

A jurisprudência da Corte de Justiça é no sentido de que a Lei n. 9.717/98 prevalece sobre a norma que regulamenta o regime próprio dos servidores públicos estaduais, devendo ser reconhecido o direito de pensão por morte até os 21 anos, conforme previsto na Lei n. 8.213/91 (arts. 16, I, e 77, § 2º, II), cujo entendimento fora pacificado quando do julgamento do RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA (RESP N.º 1.369.832/SP TEMA 643, razão pela qual, caracterizada/demonstrada está a omissão no Acórdão.

Da violação ao disposto no art. 927, III, do CPC.

(...)

O Superior Tribunal de Justiça em sede de recurso repetitivo sedimentou (interpretando a legislação simétrica federal) a tese de ser INDEVIDA A CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE A PESSOA MAIOR DE 21 ANOS DE IDADE, AINDA QUE NA CONDIÇÃO DE UNIVERSITÁRIO, conforme o disposto no Tema nº 643 (REsp 1369832/SP transitado em julgado em 16/09/2013).

(...)

Vislumbra-se que, o entendimento exarado pela Corte Superior é no sentido de que a Lei n. 9.717/1998 prevalece sobre a norma que regulamenta o regime próprio dos servidores públicos estaduais, devendo ser reconhecido o direito de pensão por morte até os 21 anos,

Superior Tribunal de Justiça

conforme previsto na Lei n. 8.213/1991 (arts. 16, I, e 77, § 2º, II), razão pela qual, tendo em vista o julgamento representativo da controvérsia acima ilustrado, não há que se falar em extensão do benefício até aos 24 anos de idade, ainda que na condição de universitário, muito menos, na aplicação analógica da Lei Federal n.º 9.250/95.

(...)

Mas não é só.

A duas,

Cumpre destacar a existência de legislação federal específica regulamentando a matéria previdenciária, informando quem é beneficiário, razão pela qual não há como se recorrer à lei que regulamenta o recolhimento do imposto de renda de pessoas físicas (artigo 35, III, § 1º, da Lei Federal n. 9.250/1995), o qual estabelece, para efeito de deduções, serem considerados como dependentes do contribuinte todos os filhos maiores até 24 anos de idade, caso ainda estejam cursando ensino superior ou escola técnica de segundo grau. Portanto, não há como aplicar por analogia, às matérias previdenciárias, a Lei n. 9.250/1995 como fundamento para ampliação do benefício, já que existe uma norma jurídica disciplinando esse instituto.

(...)

Como é cediço, os Regimes Próprios de Previdência dos Estados não podem conceder benefícios além daqueles previstos para o Regime Geral de Previdência Social.

É o que se extrai da Lei Federal n. 9.717/1998, que disciplina as regras gerais para a organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal, mais precisamente, de seu artigo 5º:

(...)

Seguindo esse entendimento, conclui-se que o Regime Geral de Previdência Social, por meio da Lei Federal n. 8.213/1991, contempla o rol máximo de benefícios e de beneficiários, não sendo possível que o ente público conceda benefícios além daquilo que determina a regra geral e em desconformidade com os ditames legais daquele diploma. O intuito de tal regra foi o de aproximar ao máximo os direitos previdenciários dos servidores públicos daqueles concedidos aos trabalhadores comuns, abrangidos pelo Regime Geral, tentando coibir certos privilégios na busca de se alcançar uma certa igualdade em termos de benefícios previdenciários entre setor público e setor

Superior Tribunal de Justiça

privado.

No que tange ao rol de beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado, repita-se, o artigo 16 da Lei Federal n. 8.213/1991, não contempla a hipótese de filho até 24 (vinte e quatro) anos e que esteja freqüentando curso superior. Segundo o regramento contido no inciso I do supracitado enunciado prescritivo, somente é qualificado como dependente do segurado:

(...)

Não está presente nesse rol de beneficiários o filho capaz que complete 24 (vinte e quatro) anos ou termine o curso superior. Dessa forma, o acórdão do TJMS está por contrariar legislação federal vigente.

(...)

Assim, seguindo o comando do artigo 5º, da Lei Federal n. 9.717/1998, e do artigo 16, I, da Lei n. 8.213/1991, deve ser reformado o acórdão recorrido.

A três,

Outrossim, sem parâmetro a subsidiar a manutenção da pensão até a idade de 24 (vinte e quatro) anos para a recorrida, o acórdão impugnado, aplicou analogicamente a Legislação Federal n. 9.250/1995, que trata da legislação atinente ao Imposto de Renda (artigo 35, III, § 1º), parâmetro este totalmente descabido para fundamentar a concessão da ordem judicial, garantindo a extensão de um direito em total confronto com a legislação federal que regulamenta matéria previdenciária (artigo 5º, da Lei n. 9.717/1998, c/c o artigo 16, I, Lei n. 8.213/1991), devendo por isso ser reformado.

Posto isso, pugna a recorrente pelo conhecimento e provimento deste recurso, reformando-se o acórdão para, reconhecendo-se a negativa de vigência à lei federal, julgar totalmente improcedente a pretensão formulada na inicial.

A quatro,

(DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL)

Conforme ressaltado no item anterior, tem decidido o Colendo Superior Tribunal de Justiça de que, quando da edição da Lei Federal n. 9.717/1998, que vedou aos Estados a concessão de benefícios não previstos no Regime Geral de Previdência Social, o filho não havia, ainda, preenchido todos os requisitos previstos na lei estadual para receber a pensão por morte até os 24 (vinte e quatro) anos de idade, não há falar em direito adquirido ao benefício e a sua concessão do benefício pensão por morte fere o disposto em legislação federal.

(...)

Superior Tribunal de Justiça

Observa-se que em ambos os casos a questão central refere-se à pensão por morte devida ao filho de ex- servidor.

Verifica-se, ainda, que as decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul e pelo Superior Tribunal de Justiça se divergem porquanto, enquanto o Tribunal de origem manifesta-se no sentido de que (embora o evento morte tenha ocorrido quando já estava em vigor a Lei n. 9.717/1983), a pensão por morte percebida pela filha deve ser prorrogada até 24 (vinte e quatro) anos quando esteja frequentando curso superior, a Corte Superior, a quem compete a uniformização de interpretação de legislação federal, entende que a morte do servidor que ocorreu depois da entrada em vigor da Lei Federal n. 9.717/1998, que vedou aos Estados a concessão de benefícios não previstos no Regime Geral de Previdência Social, não detém a qualidade de dependente do segurado o filho com idade até 24 (vinte e quatro) anos em razão do fato de estar cursando nível superior.

Assim, denota-se a total divergência entre o entendimento do STJ acerca do tema e aquele adotado pela decisão recorrida. Por essas razões, há de ser dado provimento ao recurso para afastar a divergência" (fls. 437/456e).

Por fim, "requer a regular admissão/conhecimento e regular seguimento da presente recursal, e para que ao final seja integralmente provida em todos os seus termos supramencionados" (fl. 456e).

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 464e).

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal local (fls. 466/469e).

A irrisignação não merece conhecimento.

Na origem, trata-se de demanda proposta pela parte ora recorrida, objetivando o restabelecimento de pensão por morte e sua manutenção até que complete a idade de 24 anos ou 25 anos.

Julgada parcialmente procedente a demanda, para determinar "o restabelecimento do pagamento do benefício de pensão por morte ao autor, desde a dada da cessação, até que conclua os estudos ou complete 21 anos de idade, o que ocorrer primeiro" (fl. 248e), recorreram a parte autora e os réus, tendo sido reformada, em parte, a sentença, pelo Tribunal local, "a fim de estender a pensão por morte até os 24 anos da idade ou até a conclusão do ensino superior, o que ocorrer primeiro; bem como, por consequência, afastar a sucumbência recíproca entre as partes" (fl. 370e).

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Este é o teor dos votos condutores dos julgados da Apelação e dos

Embargos de Declaração, respectivamente, no que relevante:

"Do direito à prorrogação da pensão por morte

(...)

Com efeito, da análise da exordial, percebe-se que o autor recebia uma pensão, em virtude do falecimento do seu genitor, Sr. Ataliba Pereira da Silva, Promotor de Justiça neste Estado, o qual veio a óbito em 09/12/2004. Contudo, referido benefício previdenciário foi cortado quando completou a maioridade civil, eis que não poderia mais ser considerado dependente, nos termos dos arts. 13, I, 14, § 3º, I e 44, II, todos da Lei Estadual de n. 3.150/05, do art. 40, § 7º, da CF e de julgados do STJ.

Assim, pleiteou a prorrogação do seu benefício até os 24 anos de idade, com fundamento da Lei Federal de n. 9.250/95 e do entendimento jurisprudencial deste Sodalício, ou até 25 anos de idade, com base no art. 137, § 2º, da Lei Complementar Estadual de n. 72/94.

O magistrado singular, após o processamento do feito, concedeu parcialmente o pedido inicial, no sentido de reconhecer a prorrogação do benefício até os 21 anos idade ou quando o requerente completasse o ensino superior, com base na Lei 9.717/98 e na Lei n. 8.213/91, bem como determinou o pagamento dos valores em atraso (p. 245-248).

Pois bem, no que diz respeito a Lei Complementar Estadual de n. 72/94, tenho, num juízo de cognição exauriente, que referida norma não tem aplicabilidade no presente feito.

Isso porque, o art. 129, § 4º, da Constituição Federal disciplina que 'aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto no art. 93'.

O art. 93, VI, da CF, com a redação dada pela Emenda Constitucional de n. 20/98, determina que 'a aposentadoria dos magistrados e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40', ou seja, estabeleceu que a aposentadoria dos juízes deveria observar as mesmas regras dos servidores efetivos em geral.

Nesse contexto, percebe-se, **segundo a Constituição Federal, que, após EC n. 20/98, aos magistrados e promotores de justiça, por exemplo, são aplicadas as mesmas regras de previdência direcionados aos servidores públicos titulares de cargo efetivo**, tanto que, em virtude dessa alteração, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA ingressou com duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade – ADI de ns. 3308 e 3363, pendentes de julgamento no Supremo Tribunal Federal, sendo

que, na primeira, está se discutindo a inconstitucionalidade formal da EC de n. 20, sob o argumento de que inexistiu votação em dois turnos em uma das Casas do Congresso Nacional, conforme exige o artigo 60, parágrafo 2º, da Constituição Federal; e, na segunda, arguiu inconstitucionalidade material da aludida emenda, alegando que a submissão dos magistrados ao regime previdenciário dos servidores públicos viola a garantia constitucional da vitaliciedade.

Posteriormente, a ANAMATRA realizou, ainda, no Conselho Nacional de Justiça, uma consulta, autos de n. 0004132-47.2011.2.00.0000, tendo a mesma sido conhecida e respondida negativamente no sentido de que não deveriam ser aplicados dispositivos da LOMAN, confira-se:

(...)

Destarte, se para a magistratura, após a EC de n. 20/98, não são aplicáveis, relativamente à previdência, as disposições da LOMAM, também não há que se falar em utilizar o disposto no art. 137, § 2º, da Lei Complementar Estadual de n. 72/94, aos membros do Ministério Público e seus pensionistas.

Tal conclusão, aliás, é confirmada na Lei Estadual de n. 2.207/00, que instituiu o regime de previdência social do Estado de Mato Grosso do Sul, entre outras providências, dispondo em seu 2º, que:

(...)

Assim, por consequência, é indevido o pedido de prorrogação da pensão, mesmo estando o autor cursando ensino superior, até os 25 anos de idade, já que, como visto, inaplicáveis as disposições da Lei Complementar Estadual de n. 72/94.

De outro vértice, sabe-se que a Lei Estadual de n. 2.207/00, disciplinava em seu artigo 6º, inciso II, que:

Art. 6º São beneficiários do regime de previdência social de que trata esta Lei, na condição de dependentes do segurado:

II - os filhos solteiros, menores de vinte e um anos ou inválidos, ou menor de vinte e quatro anos, freqüentando curso superior;

No entanto, este dispositivo foi alterado pela Lei n. 2.590/02, estabelecendo que:

Art. 6º São beneficiários do regime de previdência social de que trata esta Lei, na condição de dependentes do segurado:

II - os filhos solteiros, menores de dezoito anos ou inválidos;

Superior Tribunal de Justiça

Posteriormente, o Estado editou a Lei n. 3.150/05, a qual consolidou e atualizou a Lei n° 2.207/00, dispondo, na redação original, do art. 15, III, que:

Art. 15. A perda da qualidade de dependente ocorre:

III - para o filho e o irmão, de qualquer condição, ao completarem dezoito anos de idade, salvo se inválido ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior;

Aludido dispositivo legal, ainda, sofreu uma alteração, em virtude da Lei Estadual de n. 5.101/17, contendo, atualmente, a seguinte redação, confira-se:

III - para o filho e o irmão, de qualquer condição, ao completar vinte e um anos de idade, salvo se inválido ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior;

Ocorre, entretanto, que **tendo o genitor do requerente falecido em 09/12/2004, não se aplicam as disposições do art. 15, da Lei Estadual de n. 3.150/05, seja em sua redação original ou alterada, mas, sim, aquelas existentes ao tempo do óbito do segurado; o que, no caso vertente, seria a Lei Estadual de n. 2.207/00, com as alterações introduzidas pela Lei n. 2.590, de 26 de dezembro de 2002.**

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça já fixou posicionamento - tanto na Súmula de n. 340, quanto em recurso repetitivo (REsp 1369832/SP) - de que **a lei aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é aquela vigente na data do óbito do segurado.** Confira-se:

(...)

Ou seja, no caso posto em discussão são considerados beneficiários os filhos solteiros, menores de dezoito anos ou inválidos (art. 6º, II, da Lei n. 2.207/00, com as alterações introduzidas pela Lei n. 2.590/02).

No entanto, **ao prever as hipóteses de perda da qualidade de beneficiário, a legislação em destaque não ressaltou a situação**

do filho que estivesse cursando ensino superior, conflitando com os valores fundamentais preconizados pela Constituição Federal, que, em seu art. 6º, garante, como direito social de todo cidadão, o acesso à educação.

Ademais, dispõe o art. 205, da CF, que 'A educação, direito de todos e dever do Estado e a família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho'.

A Carta Magna, ao estabelecer os novos fundamentos do Estado Democrático de Direito, erigiu **os direitos sociais à categoria de normas de ordem pública, que, por conseguinte, estão subordinados ao disposto no § 1º, do art. 5º, ou seja, são normas de aplicação imediata.**

A doutrina de Alexandre de Moraes, discorrendo acerca dos direitos sociais, destaca que: 'Direitos sociais são direitos fundamentais do homem, caracterizando-se como verdadeiras liberdades positivas, de observância obrigatória em um Estado Social de Direito, tendo por finalidade a melhoria de condições de vida aos hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social, e são consagrados como fundamentos do Estado democrático, pelo art. 1º, IV, da Constituição Federal'.

Logo, em que pesem os argumentos contrários dos requeridos e a omissão da legislação infraconstitucional, o direito à educação é uma garantia constitucional, sobrepondo-se a qualquer previsão legal que a restrinja.

Nosso ordenamento jurídico determina que, em havendo omissão da lei, o juiz deverá decidir o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito (artigo 4º, LINDB), o que importa na aplicação analógica da Lei Federal n. 9.250/95, permitindo que o requerente continue na qualidade de dependente até completar 24 anos, entendimento esse que se coaduna com a garantia constitucional de educação e deve prevalecer.

A mencionada lei federal, que trata de matéria atinente ao imposto de renda, estabelece em seu art. 35, que os filhos ou enteados são considerados dependentes até 21 anos, ou de qualquer idade quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho (inciso III), bem como de que esse benefício pode ser estendido até a idade de 24 anos, quando o dependente estiver cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau (§ 1º).

Superior Tribunal de Justiça

Assim, a idade limite de 24 anos é estabelecida como uma média razoável para que a pessoa tenha condições de concluir o ensino superior, estando em condições favoráveis de competir no mercado de trabalho.

Destarte, presume-se que, enquanto estiver cursando a universidade, o jovem não possui condições financeiras de se autossustentar, razão pela qual se impõe o limite de 24 anos para a perda da qualidade de dependente.

(...)

Cumpre ressaltar, de outro vértice, que, **em nenhum momento, o disposto no art. 5º, da Lei n. 9.717/98, impõe uniformidade de beneficiários entre o regime geral e os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos. O que a lei veda é a concessão de benefícios distintos. Porém, benefícios e beneficiários são conceitos inconfundíveis e se o legislador quis dizer mais, disse de menos. Aliás, o que se discute nestes autos é o rol de beneficiários, não o benefício de pensão por morte, que é contemplado em ambas as legislações.**

(...)

A argumentação acima mencionada serve, igualmente, para refutar a aplicação do disposto na Orientação Normativa do MPS/SPS n. 1/07 e na Portaria MPS de n. 402/08.

Desta forma, **os direitos fundamentais à educação e à previdência social, aliados ao princípio da dignidade da pessoa humana, pressupõem uma leitura não meramente literal da norma mas integrativa, afastando-se o pensamento legalista, pois, muitas vezes, a ausência de previsão na lei previdenciária não significa a impossibilidade do recebimento de pensões, mas sim uma mera lacuna que deve ser preenchida pelo aplicador do direito com outras fontes do direito e em conformidade com o caso concreto.**

Por consequência, presume-se a dependência daquele que possui menos de 24 anos enquanto estiver cursando a universidade, de modo que se exige o limite de idade aliado à frequência de curso superior para a perda de tal qualidade.

Assim, para que a dependência não se prolongue além do necessário, fica estabelecido que a qualidade de dependente do requerente terminará com a colação de grau em curso superior ou até completar a idade de 24 (vinte e quatro) anos, o que ocorrer primeiro, devendo o autor, semestralmente, comprovar que se encontra matriculado em curso superior, a fim de que lhe seja mantida a prorrogação do

benefício" (fls. 361/368e)

"O recorrente aduz que o acórdão objurgado foi omissivo, porquanto encontra-se em desacordo com REsp. n. 1.369.832/SP e em contrariedade com os arts. 927, III, 1.022, II, do CPC, razão pela qual não há que se falar em aplicação analógica da Lei Federal de n. 9.250/95.

Como é cediço, os casos previstos para manifestação dos aclaratórios são específicos, de modo que somente são admissíveis quando houver obscuridade, contradição ou omissão sobre a qual deveria o juiz ou o tribunal pronunciar-se necessariamente.

Com efeito, **inferre-se que houve realmente uma omissão no acórdão objurgado em relação ao que restou decidido pela Corte Superior no REsp. n. 1.369.832/SP.**

Contudo, em que pese o entendimento proferido pelo STJ, tenho que não é o caso de se aplicar aquele extremo, porquanto naquele recurso repetitivo não houve debate a respeito da possibilidade de aplicação analógica da Lei Federal de n. 9.250/95 e tampouco abordou-se questões como acesso à educação, dispostas nos arts. 6º e 225, da CF, tal como realizado no acórdão objurgado, de modo que não há similitude fática entres os dois reclamos, a justificar a utilização do art. 927, III, do CPC" (fl. 406e).

Com efeito, da leitura dos excertos supra transcritos, verifica-se que a controvérsia foi dirimida, pelo Tribunal local, sob enfoque eminentemente constitucional, com menção aos princípios constitucionais do acesso à educação e da dignidade da pessoa humana, competindo ao Supremo Tribunal Federal eventual reforma do acórdão recorrido, sob pena de usurpação de competência inserta no art. 102 da Constituição Federal.

Dessa forma, é inviável o exame da insurgência, tal como posta, em sede de Recurso Especial, que se restringe à uniformização da legislação infraconstitucional. Ilustrativamente:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. TERMO FINAL. GARANTIA DO RECEBIMENTO DA PENSÃO POR MORTE AOS FILHOS UNIVERSITÁRIOS, MENORES DE 24 ANOS. SÚMULA 211/STJ. RAZÕES DE RECURSO QUE NÃO IMPUGNAM, ESPECIFICAMENTE, OS FUNDAMENTOS

DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. ALEGADA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 35, III, DA LEI 9.250/95 E 5º DA LINDB. **ACÓRDÃO BASEADO EM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO DA MATÉRIA, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL, SOB PENA DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STF.** PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE CONHECIDO, E, NESSA PARTE, IMPROVIDO.

I. Interposto Agravo Regimental com razões que não impugnam, especificamente, os fundamentos da decisão agravada, mormente quanto à incidência da Súmula 211/STJ, não prospera o inconformismo, em face da Súmula 182 desta Corte.

II. **O Tribunal de origem determinou o restabelecimento da pensão por morte, com fundamento exclusivamente constitucional - inconstitucionalidade da lei local, frente aos princípios do acesso à educação e da dignidade da pessoa humana -, o que torna inviável a análise da questão, em sede de Recurso Especial, sob pena de usurpação da competência do STF.** Precedente do STJ: AgRg no REsp 1.545.846/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/12/2015.

III. O Tribunal *a quo* utilizou a Lei federal 9.250/95, por analogia, para conceder o pensionamento, até o 24º aniversário do beneficiário universitário. Nesse contexto, aferir a existência, ou não, de lacuna na legislação local - como pretende o agravante - é providência vedada, em sede de Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 280/STF.

IV. Agravo Regimental parcialmente conhecido, e, nessa parte, improvido" (STJ, AgRg nos EDcl no REsp 1.466.658/MS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/03/2016).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 6º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ANÁLISE DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. PENSÃO POR MORTE. ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO. PRORROGAÇÃO DO BENEFÍCIO ATÉ 24 ANOS DE IDADE. IMPOSSIBILIDADE. FALTA DE PREVISÃO LEGAL.

1. Não compete ao Superior Tribunal de Justiça, em Recurso Especial, analisar eventual contrariedade a preceito contido na Constituição Federal, nem tampouco uniformizar a interpretação de matéria constitucional, porquanto seu exame

é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, do permissivo constitucional.

2. Ademais, o STJ entende que, havendo lei que estabelece que a pensão por morte é devida ao filho inválido ou até que complete 21 (vinte e um) anos de idade, impossível estendê-la até aos 24 (vinte e quatro) anos quando o beneficiário for estudante universitário, tendo em vista a inexistência de previsão legal.

3. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.762.070/PA, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 16/11/2018).

Nesse mesmo sentido, em hipóteses similares, as seguintes decisões: STJ, REsp 1823542/MS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, DJe de 02/08/2019; STJ, REsp 1600267/MS, Rel. Ministra ASSUETE MAGALHÃES, DJe de 19/06/2019;

Além disso, ainda que tal óbice pudesse ser afastado – o que não é o caso, registra-se desde já –, observa-se que a Corte Estadual decidiu que "em nenhum momento, o disposto no art. 5º, da Lei n. 9.717/98, impõe uniformidade de beneficiários entre o regime geral e os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos. O que a lei veda é a concessão de benefícios distintos. Porém, benefícios e beneficiários são conceitos inconfundíveis e se o legislador quis dizer mais, disse de menos. Aliás, o que se discute nestes autos é o rol de beneficiários, não o benefício de pensão por morte, que é contemplado em ambas as legislações".

Firmou, também, que "a idade limite de 24 anos é estabelecida como uma média razoável para que a pessoa tenha condições de concluir o ensino superior, estando em condições favoráveis de competir no mercado de trabalho. Destarte, presume-se que, enquanto estiver cursando a universidade, o jovem não possui condições financeiras de se autossustentar, razão pela qual se impõe o limite de 24 anos para a perda da qualidade de dependente".

E esclareceu, ademais, que, "em que pese o entendimento proferido pelo STJ (REsp. n. 1.369.832/SP), tenho que não é o caso de se aplicar aquele extremo, porquanto naquele recurso repetitivo não houve debate a respeito da possibilidade de aplicação analógica da Lei Federal de n. 9.250/95 e tampouco abordou-se questões como acesso à educação, dispostas nos arts. 6º e 225, da CF, tal como realizado no acórdão objurgado, de modo que não há similitude fática entres os dois reclamos, a justificar a utilização do art. 927, III, do CPC".

Entretanto, tais fundamentos não foram impugnados pela parte recorrente, nas razões do Recurso Especial. Portanto, incide, na hipótese, a Súmula 283/STF, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um

fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 12, 18, 19 E 21 DA LEI N. 101/00. **DEFICIÊNCIA RECURSAL**. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 284 DA SÚMULA DO STF. **INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 283 DA SÚMULA DO STF**. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 83 DA SÚMULA DO STJ. EXISTÊNCIA DO ELEMENTO SUBJETIVO NA CONDUTA DOS AGENTES. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.

I - (...)

VI - Ora, se a função institucional do Superior Tribunal de Justiça é assegurar uniformidade à interpretação da lei federal, não há como sindicatar eventual apreciação equivocada da regra legal pelo Tribunal de Justiça quando os recorrentes deixam de expor os vícios interpretativos em que teria incorrido a decisão impugnada. Ao impugnar disposição legal que não subsidiou o julgamento impugnado, os recorrentes, a um só tempo, alijaram o Superior Tribunal da sua função central e mantiveram incólume fundamento suficiente para a preservação da decisão questionada.

VII - Incide, pois, a Súmula n. 283 do STF, aplicável por analogia aos recursos especiais, cujo enunciado é o seguinte: 'É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles'.

VIII - Oportuno salientar que a aplicação analógica da Súmula n. 283 ao recurso especial é entendimento pacífico nesta Corte. Veja-se: REsp n. 1.642.686/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 14/3/2017, DJe 20/4/2017.

(...)

XIV - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no AREsp 1.365.442/MS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/09/2019)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ART.

1.025 DO CPC/2015. INAPLICABILIDADE. **FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADOS.** RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO JULGADO ATACADO. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 283 E 284 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1. (...)

3. **A ausência de impugnação, nas razões do especial, de fundamento autônomo e suficiente à manutenção do acórdão estadual atrai, por analogia, o óbice da Súmula 283/STF.**

4. É inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação quando as razões do recurso estão dissociadas do que decidido no acórdão recorrido. Aplicação da Súmula 284/STF.

5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no REsp 1.813.226/PE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 06/09/2019)

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AUTO DE INFRAÇÃO. REDUÇÃO DA MULTA. ACÓRDÃO COM ENFOQUE CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL. NÃO INTERPOSIÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SÚMULA 126/STJ. **FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO INATACADO. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 283 DO STF.** ALTERAÇÃO DO JULGADO QUE DEMANDA REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

(...)

3. **A fundamentação utilizada pelo Tribunal a quo para firmar seu convencimento não foi integralmente atacada pela parte recorrente e, sendo apta, por si só, para manter o decisum combatido, permite aplicar na espécie, por analogia, o óbice da Súmula 283 do STF.**

4. Ainda, considerando a motivação adotada na origem, à luz do contexto fático-probatório dos autos, o acórdão recorrido somente pode ser modificado mediante o reexame dos aspectos concretos da causa, o que é obstado, em Recurso Especial, pela Súmula 7/STJ: 'A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial'.

5. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.812.097/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/08/2019)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AÇÃO REVISIONAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. **FUNDAMENTO SUFICIENTE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 283/STF.** HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FASE LIQUIDAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 568/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

3. **A ausência de impugnação de um fundamento suficiente do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.**

4. É possível a fixação de honorários advocatícios na fase de liquidação de sentença com caráter contencioso. Precedentes.

5. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 864.643/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 20/03/2018).

Por outro lado, o Tribunal **a quo** utilizou a Lei Federal 9.250/95, por analogia, para conceder o pensionamento até o 24º aniversário do beneficiário universitário. Nesse contexto, aferir a existência, ou não, de lacuna na legislação local, como pretende a parte recorrente, é providência vedada em sede de Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 280/STF.

Por fim, se não bastasse, observa-se que a lei processual exige que os pedidos, quer na petição inicial, quer no recurso, sejam claros e precisos, para pautar o contraditório, essencial a todo processo, delimitar a prestação jurisdicional, nortear o que deve ser julgado e definir o que deve ser concedido à parte que pleiteia em Juízo.

O **Codex** processual dispõe:

"Art. 319 - A petição inicial indicará:

(...)

III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;

IV - o pedido com as suas especificações;"

Superior Tribunal de Justiça

Desse modo, a parte recorrente tem o dever de especificar, em seus pedidos, o provimento que pretende obter em grau recursal, de acordo com o objeto da demanda, não bastando pedir, genericamente, a “reforma do acórdão recorrido” ou a “correta aplicação da lei federal”, ou “que seja o recurso submetido à Turma”.

Assim, os fundamentos jurídicos devem ser expostos congruentemente com o pedido recursal, expressa e determinadamente dirigidos à sustentação deste, não sendo admissível a exposição genérica de teses, para que a adequação se realize pela Corte.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ (“Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC”), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor a ser arbitrado pelo magistrado, na liquidação do julgado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora